**PROCESSO**: **n º** 2000-029813/2015

**INTERESSADO:** SESAU – COORDENADORIA SETORIAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E LOGISTICA

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO

**DETALHES:** SOL AQUISIÇÃO DE GENERO ALIMENTIACIOS PERECIVEL (NÃO ESTOCÁVEL)

Trata-se do Processo Administrativo nº 029813/2015, em 01 (um) volume, com 44 (quarenta e quatro) fls., que versa sobre o pagamento de aquisição de Gêneros Alimentícios – não perecível (acessórios), adquirido pela Secretaria de Estado da Saúde – SESAU através da empresa SM COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA (CNPJ 07162066/0001-27) para atendimento das necessidades nutricionais dos pacientes, acompanhantes, bem como para funcionários em regime de plantão. A solicitação de pagamento está orçada em **R$ 6.580,00 (seis mil, quinhentos e oitenta reais).**

A fl. 02, MEMO nº 1520/2015, datado de 01/12/2015, assinado pela Superintendente Administrativo – SESAU, consta a informação que encontram-se tramitando processos de licitação e emergencial na AMGESP.

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 24, da Lei nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento ao Despacho PGE-PLIC nº 1637/2017, aprovado pelo Despacho PGE-PLIC-CD nº 1833/2017 e à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado, passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado nos autos do processo:

**1 – CARIMBO COM A NUMERAÇÃO DA FOLHA RASURADA -** Constata-se a numeração das fls. 08/10 com rasuras;

**2 – DOCUMENTOS SEM ASSINATURA -** Constata-se, que á fl. 18, a ausência das assinaturas dos responsáveis pela Superintendência de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (assessor técnico e o gerente) e fl. 19, a NE, encontram-se sem a assinatura da Ordenadora da Despes

3 **– DOCUMENTOS ASSINADOS PELA MESMA SERVIDORA -** Constata-se, que as fls. 02/03, 05, 21/22, 29 são documentos que foram assinados pela Superintendente Administrativo. Constata-se que a mesma atestou a Nota Fiscal, indevidamente, uma vez que é de competência do almoxarife e/ou responsável pelo Almoxarifado;

**4 – PARECER DA PGE** – Em seu Despacho PGE-PLIC nº 1637/2017 a Procuradoria Geral do Estado – PGE, salienta que

**Em momento algum do procedimento de contratação direta os autos foram remetidos para análise previa, ..., já tendo sido concluído o negócio jurídico, inclusive, sem a respectiva assinatura do gestor da pasta nos processos.**

**Não há como identificar, nos autos, se existe ou não ARP vigente para os referidos bens. Não há qualquer manifestação da AMGESP.**

**Não há nos autos, a demonstração de que a SESAU/AL tinha limite legal para o afastamento da licitação, sem a caracterização de fracionamento, em cotejo com todas as compras realizadas pelo órgão, naquele exercício financeiro, para bens da mesma natureza. Todavia, tratando-se de material hospitalar, de limpeza e gênero alimentícios podemos inferir que não é possível o abastecimento anual da SESAU por via de dispensa de licitação em razão do valor.**

**As apurações desses fatos devem ocorrer agora, em fase posterior ao procedimento de contratação, este sim de competência da Controladoria Geral do Estado - CGE.**

**Destarte, sigam os autos a Controladoria Geral do Estado, a quem compete a análise e apuração dos atos administrativos efetivamente realizados. (grifo nosso)**

CHAMO ATENÇÃO nas informações contidas nos despachos, às fls. 38/39, do Assessor Técnico da Controladoria Interna e da Nutricionista da Unidade (responsável pela guarda e distribuição na Unidade): ***“ ....informa que há registro de entrada/consumo destes produtos na unidade, porém nos arquivos da unidade não há comprovantes de entrega desta empresa, bem como não foi acostado nos autos pela empresa tais comprovantes. Além disso, a soma das quantidades constantes nos processos acima, mencionados abertos entre 17/11/2015 e 04/12/2015, 20.000 unidades, extrapola a média de consumo mensal que é de apenas 300 unidades..***.”

Os processos a que se referem: 28352/2015; 28349/2015; 29815/2015; 29813/2015; 29836/2015; 29819/2015; 29838/2015; 30167/2015; 30165/2015; 30158/2015.

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alerte-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – Em atendimento à determinação da PGE em sua análise às folhas 41/42 e 43 dos autos, a liquidação da despesa deve ser precedida da apuração da boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º da Lei Estadual nº 6.161/2000 e da Seção III da Lei nº 8.666/1993.

**II - CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – Ainda em atendimento à determinação da PGE, a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a ocorrência da ilegalidade deve ser PREVIAMENTE investigada através de processo administrativo instaurado, nos termos das Leis nº 5.247/1991, nº 6.161/2000 e nº 8.666/1993, no âmbito da SESAU, onde se apurem e se imputem as respectivas responsabilidades**.**

**III - DO ORDENADOR DE DESPESAS -** Que seja juntado aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17.

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada nos itens I e II. Apurada a **“boa fé”, sendo o** pagamento devido, uma vez que a nota foi atestada. Que seja atendido os itens III e realizado o pagamento a empresa SM COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA, no valor de **R$ 6.580,00 (seis mil, quinhentos e oitenta reais).**

Maceió-AL, 8 de agosto de 2017.

Sandra Lima Medeiros

**Assessor de Controle Interno - Matrícula nº 118-0**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**